

# Relatório Anual 2019

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência Contábil e Fiscal



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP**  
Toledo/PR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 08 de março de 2020

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

### Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	35.714	38.919
Carteira de Crédito *	336.218	489.383
Depósitos	308.706	423.485
Patrimônio Líquido	145.874	126.018
Capital	54.098	68.397
Resultado Antes das Destinações	18.009	18.482
Rentabilidade do PL	12,35%	14,66%

valores em milhares de Reais

\* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP  
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>467.601</b>	<b>451.249</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>247.974</b>	<b>207.279</b>
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	5.734	6.864	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	114.572	84.355
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		147.787	186.177	Depósitos à Vista		95.345	72.318
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		-	22	Depósitos a Prazo		19.227	12.037
Correspondentes no país		828	478	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	88.550	83.396
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	146.959	185.677	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	273.480	227.081	Repasse Interfinanceiros		88.550	83.366
Operações de Crédito		285.629	236.147	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.176	915
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(12.149)	(9.066)	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.176	915
OUTROS CRÉDITOS		30.714	22.640	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	3	5.223
Créditos por Avals e Fianças Honrados	(NOTA 06)	180	548	Empréstimos País - Outras Instituições		3	5.223
Rendas a Receber		1.277	1.224	OUTRAS OBRIGAÇÕES		43.673	33.390
Diversos	(NOTA 06 e 07)	29.780	21.496	Cobrança e Arrecadação de Tributos		330	138
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 06)	(523)	(628)	Sociais e Estatutárias		6.653	5.329
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	9.886	8.487	Fiscais e Previdenciárias		857	900
Outros Valores e Bens		9.842	8.483	Diversas	(NOTA 14)	35.833	27.023
(Provisão para desvalorização)		(22)	(31)				
Despesas Antecipadas		66	35				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>273.586</b>	<b>160.266</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>367.195</b>	<b>296.339</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		273.586	160.266	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		367.195	296.339
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	22.440	2.041	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	308.913	274.960
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		22.440	2.041	Depósitos Interfinanceiros		6.773	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	215.863	123.904	Depósitos a Prazo		302.140	274.960
Operações de Crédito		225.696	133.054	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	47.016	14.977
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(9.833)	(9.150)	Repasse Interfinanceiros		47.016	14.977
OUTROS CRÉDITOS		441	639	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	4.864	-
Diversos	(NOTA 06 e 07)	446	657	Empréstimos País - Outras Instituições		4.864	-
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 06)	(5)	(18)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 14)	6.402	6.402
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	15.809	13.648	Diversas		6.402	6.402
Outros Investimentos		15.809	13.648	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>126.018</b>	<b>107.897</b>
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	15.302	15.879	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	68.397	61.583
Outras Imobilizações de Uso		23.031	21.446	De Domiciliados no País		76.215	65.941
(Depreciação acumulada)		(7.729)	(5.567)	(Capital a Realizar)		(7.818)	(4.358)
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	3.731	4.155	RESERVAS DE SOBRAS		53.917	43.579
Outros Ativos Intangíveis		8.446	7.923	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		3.704	2.735
(Amortização acumulada)		(4.715)	(3.768)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>741.187</b>	<b>611.515</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>741.187</b>	<b>611.515</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP  
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>46.433</b>	<b>-</b>	<b>46.433</b>	<b>85.789</b>	<b>4</b>	<b>85.793</b>	<b>68.230</b>	<b>2</b>	<b>68.232</b>
Operações de Crédito	46.298	-	46.298	85.579	4	85.583	68.112	2	68.114
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	133	-	133	198	-	198	113	-	113
Resultado das Aplicações Compulsórias	2	-	2	12	-	12	5	-	5
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(16.791)</b>	<b>(31)</b>	<b>(16.822)</b>	<b>(34.227)</b>	<b>(60)</b>	<b>(34.287)</b>	<b>(27.797)</b>	<b>(48)</b>	<b>(27.845)</b>
Operações de Captação no Mercado	(8.278)	(31)	(8.309)	(16.603)	(60)	(16.663)	(13.805)	(48)	(13.853)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.899)	-	(3.899)	(7.305)	-	(7.305)	(5.916)	-	(5.916)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.614)	-	(4.614)	(10.319)	-	(10.319)	(8.076)	-	(8.076)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>29.642</b>	<b>(31)</b>	<b>29.611</b>	<b>51.562</b>	<b>(56)</b>	<b>51.506</b>	<b>40.433</b>	<b>(46)</b>	<b>40.387</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(19.785)</b>	<b>2.742</b>	<b>(17.043)</b>	<b>(35.903)</b>	<b>4.369</b>	<b>(31.534)</b>	<b>(28.415)</b>	<b>3.547</b>	<b>(24.868)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.380	6.458	10.838	8.580	12.059	20.639	7.264	9.707	16.971
Rendas de Tarifas Bancárias	2.519	-	2.519	4.729	-	4.729	4.087	-	4.087
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(13.029)	(1.430)	(14.459)	(24.662)	(3.083)	(27.745)	(21.570)	(2.389)	(23.959)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(10.990)	(1.585)	(12.575)	(21.833)	(3.097)	(24.930)	(18.915)	(2.702)	(21.617)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(41)	(327)	(368)	(126)	(617)	(743)	(125)	(499)	(624)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	7.265	259	7.524	14.624	329	14.953	15.007	489	15.496
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(9.889)	(633)	(10.522)	(17.215)	(1.222)	(18.437)	(14.163)	(1.059)	(15.222)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>9.857</b>	<b>2.711</b>	<b>12.568</b>	<b>15.659</b>	<b>4.313</b>	<b>19.972</b>	<b>12.018</b>	<b>3.501</b>	<b>15.519</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>1.799</b>	<b>(358)</b>	<b>1.441</b>	<b>1.779</b>	<b>136</b>	<b>1.915</b>	<b>320</b>	<b>58</b>	<b>378</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>11.656</b>	<b>2.353</b>	<b>14.009</b>	<b>17.438</b>	<b>4.449</b>	<b>21.887</b>	<b>12.338</b>	<b>3.559</b>	<b>15.897</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>475</b>	<b>475</b>	<b>-</b>	<b>(119)</b>	<b>(119)</b>	<b>-</b>	<b>602</b>	<b>602</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	300	300	-	(69)	(69)	-	369	369
Provisão para Contribuição Social	-	175	175	-	(50)	(50)	-	233	233
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>	<b>(1.862)</b>	<b>-</b>	<b>(1.862)</b>	<b>(3.286)</b>	<b>-</b>	<b>(3.286)</b>	<b>(2.551)</b>	<b>-</b>	<b>(2.551)</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>9.794</b>	<b>2.828</b>	<b>12.622</b>	<b>14.152</b>	<b>4.330</b>	<b>18.482</b>	<b>9.787</b>	<b>4.161</b>	<b>13.948</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.330</b>	<b>(4.330)</b>	<b>-</b>	<b>4.161</b>	<b>(4.161)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>9.794</b>	<b>2.828</b>	<b>12.622</b>	<b>18.482</b>	<b>-</b>	<b>18.482</b>	<b>13.948</b>	<b>-</b>	<b>13.948</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(14.778)</b>	<b>-</b>	<b>(14.778)</b>	<b>(11.213)</b>	<b>-</b>	<b>(11.213)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.911)	-	(3.911)	(3.659)	-	(3.659)
Fates - Estatutário	-	-	-	(529)	-	(529)	(391)	-	(391)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(6.350)	-	(6.350)	(4.689)	-	(4.689)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.406)	-	(2.406)	(1.840)	-	(1.840)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(1.582)	-	(1.582)	(634)	-	(634)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.704</b>	<b>-</b>	<b>3.704</b>	<b>2.735</b>	<b>-</b>	<b>2.735</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP

CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2018</b>	<b>55.264</b>	<b>36.416</b>	<b>2.599</b>	<b>94.279</b>
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	1.288	-	(2.566)	(1.278)
Outras destinações	-	-	(33)	(33)
Capital de associados				
Aumento de capital	4.679	-	-	4.679
Baixas de capital	(3.208)	-	-	(3.208)
Resultado do período	-	-	13.948	13.948
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(391)	(391)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.689	(4.689)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.560	-	(3.659)	(99)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.840	(1.840)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	634	(634)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>61.583</b>	<b>43.579</b>	<b>2.735</b>	<b>107.897</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>6.319</b>	<b>7.163</b>	<b>136</b>	<b>13.618</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2019</b>	<b>61.583</b>	<b>43.579</b>	<b>2.735</b>	<b>107.897</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.352	-	(2.699)	(1.347)
Outras destinações	-	-	(36)	(36)
Capital de associados				
Aumento de capital	5.468	-	-	5.468
Baixas de capital	(3.792)	-	-	(3.792)
Resultado do período	-	-	18.482	18.482
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(529)	(529)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.350	(6.350)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.786	-	(3.911)	(125)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.406	(2.406)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	1.582	(1.582)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>68.397</b>	<b>53.917</b>	<b>3.704</b>	<b>126.018</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>6.814</b>	<b>10.338</b>	<b>969</b>	<b>18.121</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)</b>	<b>63.796</b>	<b>43.579</b>	<b>5.860</b>	<b>113.235</b>
Capital de associados				
Aumento de capital	2.893	-	-	2.893
Baixas de capital	(2.078)	-	-	(2.078)
Reversões de reservas	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	12.622	12.622
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(529)	(529)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.350	(6.350)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.786	-	(3.911)	(125)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.406	(2.406)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	1.582	(1.582)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>68.397</b>	<b>53.917</b>	<b>3.704</b>	<b>126.018</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>4.601</b>	<b>10.338</b>	<b>(2.156)</b>	<b>12.783</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP  
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO</b>	<b>13.693</b>	<b>25.050</b>	<b>17.205</b>
Resultado do semestre/exercício	12.622	18.482	13.948
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>1.071</b>	<b>6.568</b>	<b>3.257</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(352)	3.766	174
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(14)	(9)	25
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	172	(118)	365
Depreciação do imobilizado de uso	1.511	2.732	1.902
Amortização do intangível	495	947	829
Baixas do ativo permanente	49	116	371
(Reversão) para passivos contingentes	(219)	(401)	(31)
Destinações ao FATES	(529)	(529)	(391)
Dividendos SicrediPar	(42)	64	13
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(31.466)</b>	<b>(60.111)</b>	<b>57.121</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(19.934)	(20.399)	(313)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	4.396	(1)	8
(Aumento) Redução em créditos vinculados	9	22	(18)
(Aumento) em relações com correspondentes	(433)	(350)	(197)
(Aumento) em operações de crédito	(76.629)	(142.124)	(66.586)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	18.629	37.193	21.717
(Aumento) em outros créditos	(8.067)	(7.819)	(6.482)
(Aumento) em outros valores e bens	(1.965)	(1.391)	(2.883)
Aumento em depósitos	36.278	64.170	102.634
Aumento em relações interdependências passivas	456	262	61
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	4.867	(356)	728
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(391)	(589)
Aumento em outras obrigações	10.927	11.073	9.041
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(17.773)</b>	<b>(35.061)</b>	<b>74.326</b>
Aquisição de Investimentos	(2.161)	(2.161)	(771)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.297)	(2.271)	(6.925)
Aplicações no Intangível	(173)	(523)	(1.730)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(3.631)</b>	<b>(4.955)</b>	<b>(9.426)</b>
Integralização de capital	2.893	5.468	4.679
Baixa de capital	(2.078)	(3.792)	(3.208)
Juros ao capital próprio	(125)	(125)	(99)
Distribuição de Sobras	-	(1.383)	(1.311)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>690</b>	<b>168</b>	<b>61</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(20.714)</b>	<b>(39.848)</b>	<b>64.961</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	173.407	192.541	127.580
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	152.693	152.693	192.541

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 30/08/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de Fevereiro de 2020.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**e) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**f) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**h) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**i) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**j) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciáís, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

**k) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**l) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

**m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**n) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

**o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**p) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	5.734	6.864
Caixa	5.734	6.864
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	146.959	185.677
Total	152.693	192.541

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.440	2.041
DI entre Banco e Cooperativas	22.440	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.041
Total não circulante	22.440	2.041

(i) Refere-se basicamente a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

**NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	168.728	154.578	323.306	232.275
Financiamentos	22.641	32.947	55.588	39.922
Financiamentos rurais e agroindustriais	94.260	38.171	132.431	97.004
Carteira total	285.629	225.696	511.325	369.201

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	180	-	180	548
Devedores por compra de valores e bens	312	441	753	994
Títulos e créditos a receber (i)	23.865	5	23.870	15.457
Total	24.357	446	24.803	16.999

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	-	19	-	-
Nível A	0,50	201.776	120.150	1.009	601
Nível B	1,00	188.749	147.929	1.886	1.479
Nível C	3,00	103.508	79.020	3.105	2.370
Nível D	10,00	21.152	20.204	2.115	2.020
Nível E	30,00	6.026	5.252	1.808	1.576
Nível F	50,00	3.539	4.583	1.770	2.292
Nível G	70,00	1.871	1.731	1.310	1.212
Nível H	100,00	9.507	7.312	9.507	7.312
Total		536.128	386.200	22.510	18.862

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.778	40.342	61.198	87.136	193.454	141.413
Rural	384	13.474	80.402	38.171	132.431	97.004
Industrial	153	3.126	5.730	14.853	23.862	30.044
Comércio	810	20.027	23.321	29.772	73.930	70.546
Outros Serviços	1.559	19.847	34.835	56.210	112.451	47.193
Total	7.684	96.816	205.486	226.142	536.128	386.200

**d) Concentração das operações de crédito**

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	56.766	10,59	49.099	12,71
50 devedores seguintes	103.518	19,30	79.173	20,50
100 devedores seguintes	76.969	14,36	59.254	15,34
Demais	298.875	55,75	198.674	51,45
Total	536.128	100	386.200	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2019	2018
Saldo inicial	18.862	18.323
Constituição de provisão	10.319	8.076
Movimentação de baixados para prejuízo	(6.671)	(7.537)
Saldo final	22.510	18.862

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.783 (2018 - R\$ 2.947), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 32.056 (2018 - R\$ 29.877).

**NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	625	676
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	991	695
Devedores por compra de valores e bens	312	339
Devedores por depósitos em garantia	1.287	1.606
Impostos e contribuições a compensar	761	1.034
Títulos e créditos a receber (ii)	23.865	15.455
Cotas de consórcio	60	93
Operações com cartões	290	489
Pendências a regularizar	643	610
Outros	946	499
<b>Total Circulante</b>	<b>29.780</b>	<b>21.496</b>
Devedores por compra de valores e bens	441	655
Títulos e créditos a receber (ii)	5	2
<b>Total não circulante</b>	<b>446</b>	<b>657</b>

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS**

	2019	2018
Bens não de uso próprio	9.836	8.482
Imóveis	9.712	8.062
Veículos e afins	75	414
Bens em regime especial	-	6
Outros bens não de uso próprio	49	-
Material em estoque	6	1
Despesas antecipadas	66	35
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(22)	(31)
<b>Total Circulante</b>	<b>9.886</b>	<b>8.487</b>

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 22 (2018 - R\$ 31) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 09 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	9.000	7.204
Sicredi Participações S.A.	6.808	6.443
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
<b>Total</b>	<b>15.809</b>	<b>13.648</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	2.318.923 ON 4.854.563 PN	2.081.080 ON	1	1	8.999.932	7.203.871
Percentual de participação	0,68%	0,73%	0,62%	0,62%	2,84%	3,17%
Capital social	969.491	880.597	164	164	317.064	227.306
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	318.570	228.806
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	-	-
Valor do investimento	6.808	6.443	1	1	9.000	7.204

**NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	23.031	(7.729)	15.302	15.879
Imobilizações em curso	-	609	-	609	1.604
Instalações	10%	9.640	(2.867)	6.773	6.973
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.889	(1.928)	4.961	4.689
Sistema de comunicação	10%	150	(58)	92	97
Sistema de processamento de dados	20%	4.891	(2.627)	2.264	2.138
Sistema de segurança	10%	416	(174)	242	272
Sistema de transporte	20%	436	(75)	361	106
Intangível (i)		8.446	(4.715)	3.731	4.155
Investimentos Confederação		8.446	(4.715)	3.731	4.155
<b>Total</b>		<b>31.477</b>	<b>(12.444)</b>	<b>19.033</b>	<b>20.034</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 11 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			Total	2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Depósitos à vista	95.345	-	-	95.345	72.318
Depósitos Interfinanceiros	-	-	6.773	6.773	-
Depósitos a prazo	7.562	11.665	302.140	321.367	286.997
<b>Total</b>	<b>102.907</b>	<b>11.665</b>	<b>308.913</b>	<b>423.485</b>	<b>359.315</b>

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	88.550	83.366
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	88.550	83.366
<b>Total circulante</b>	<b>88.550</b>	<b>83.366</b>
Recursos do Crédito Rural	47.016	14.977
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	47.016	14.977
<b>Total não circulante</b>	<b>47.016</b>	<b>14.977</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 25/05/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	3	5.223
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	-	5.223
Outras instituições	3	-
<b>Total circulante</b>	<b>3</b>	<b>5.223</b>
Empréstimos no País - outras instituições	4.864	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.864	-
<b>Total não circulante</b>	<b>4.864</b>	<b>-</b>

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

**NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	1.308	853
Obrigações por convênios oficiais	10	9
Provisão para pagamentos a efetuar	2.528	2.530
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	1.050	1.451
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	4.686	3.319
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	266	301
Pendências a regularizar	84	67
Operações com cartões	23.111	15.606
Demais fornecedores	576	801
Credores diversos	2.214	2.086
<b>Total circulante</b>	<b>35.833</b>	<b>27.023</b>
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	6.402	6.402
<b>Total não circulante</b>	<b>6.402</b>	<b>6.402</b>

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

**NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS**

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	411	3	(127)	287
Cível	322	73	(350)	45
Tributária	718	-	-	718
Total	1.451	76	(477)	1.050

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	287	411
Cível	Provável	45	322
Tributária	Provável	718	718
Total		1.050	1.451

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 416; R\$ 554; R\$ 868 (2018 - R\$ 317; R\$ 339; R\$ 440), respectivamente.

**NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	68.397	61.583
Total de associados	38.919	33.868

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$6.814 (2018 – R\$6.319), sendo R\$ 5.138 (2018 – R\$ 4.848 ) via integralização de resultados e R\$ 5.468 (2018 – R\$ 4.679), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.792 (2018 – R\$ 3.208).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,24% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.911, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

**c) Destinações**

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal, 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

**NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR**

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.582 (R\$ 634 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”. Desse montante, o valor de R\$ 1.582 não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinado para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2019 conforme Regulamento do Fundo de Desenvolvimento (art.9, V, “c” e “d”), retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

**NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	18.601	13.346
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(7.440)	(4.271)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	5	-
Provisão resgate de milhas cartão	33	(43)
Brindes e Doações	(23)	(20)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(22)	47
Receita com atos cooperativos	5.661	3.132
Juros sobre capital próprio	1.564	1.171
Prejuízo fiscal	63	-
Lucros e dividendos	17	33
Outros	24	(50)
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	602
Subtotal	7.321	4.873
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(119)	602

**NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	22.440	2.041
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	146.959	185.677
Outros Créditos - Rendas a receber	1.104	1.013
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	862	642
Investimentos (Nota 09)	15.809	13.648
Intangível (Nota 10)	3.731	4.155
<b>Passivo</b>		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	6.774	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	135.566	98.343
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	4.867	5.223
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	22.831	15.141
Principal e juros dívida subordinada	6.668	6.703
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	198	113
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	6.377	5.877
Outros Ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	10.433	10.323
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	1.582	634
<b>Despesas</b>		
Operações de Captação no Mercado	226	-
Operações de Empréstimos e Repasses	7.305	5.916
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	2.300	1.873
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	8.175	7.115

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	106	0,11%	74
Depósitos a prazo	1.488	0,46%	1.122
Operações de crédito	1.447	0,28%	1.636

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.014	2.455

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	676	519
Despesa de aluguéis	3.349	2.752
Despesa de comunicação	1.221	1.116
Despesa de manutenção e conservação	1.406	1.416
Despesa de material	297	307
Despesa processamento dados	688	428
Despesa de promoções e relações públicas	3.514	2.452
Despesa de propaganda e publicidade	538	603
Despesa de seguro	272	186
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.832	1.826
Despesa de serviços de terceiros	928	779
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.292	1.199
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.388	1.117
Despesa de serviços de transportes	770	758
Despesa de viagem	704	669
Despesa de depreciação e amortização	2.732	1.902
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	947	829
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	432	747
Outras despesas administrativas	1.944	2.012
Total	24.930	21.617

**NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	656	1.176
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	10.087	9.890
Reversão de provisões operacionais	3.577	3.195
Outras rendas operacionais	633	1.235
Total	14.953	15.496

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.



**NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.490	1.440
Contribuições Cooperativistas	207	197
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	977	658
Contribuição Confederação Sicredi	6.407	5.395
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	858	765
Encargos da administração financeira	55	66
Repasse administradora de Cartões	261	257
Despesas de Cartões - Processamento, Emissão, Postagem	1.445	882
Fianças Bancárias	2.920	2.045
Outras provisões operacionais	978	1.108
Outras despesas operacionais	1.839	2.409
<b>Total</b>	<b>18.437</b>	<b>15.222</b>

**NOTA 23 – COBRIGACÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	203.994	169.692
Coobrigações em cessões de crédito	8	9
<b>Total</b>	<b>204.002</b>	<b>169.701</b>

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

**I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

**II - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

**III - Risco de Mercado**

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

#### IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

#### VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

#### NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>124.954</b>	<b>107.762</b>
<b>Nível I (NI)</b>	<b>122.287</b>	<b>103.742</b>
<b>Capital principal - CP</b>	<b>122.287</b>	<b>103.742</b>
Capital social	68.397	61.583
Reservas de capital	53.917	43.579
Lucros acumulados	3.704	2.735
Ajustes Prudenciais	(3.731)	(4.155)
<b>Nível II (NII)</b>	<b>2.667</b>	<b>4.022</b>
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	2.667	4.022
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>733.664</b>	<b>596.410</b>
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.797	2.163
Margem de Capital (i)	46.123	42.978
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,03%	18,07%
Situação de Imobilização (Imob)	15.304	15.880
Índice de Imobilização (Imob / PR)	12,25%	14,74%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

---

**NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Inácio Cattani  
Diretor Executivo  
CPF: 441.843.529-87

Cleiton Fernando Peres  
Diretor de Operações  
CPF: 055.374.409-70

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20